



POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: DESAFIOS, EVIDÊNCIAS E CAMINHOS PARA A QUALIDADE EDUCACIONAL

Wilma Freire Arriel Pereira

Antônio Zenon Antunes Teixeira

Valney Dias Rigonato

RESUMO

As políticas de formação de professores constituem um dos pilares fundamentais para a melhoria da qualidade da educação básica no Brasil, considerando que o professor é o agente central do processo de ensino-aprendizagem. A literatura especializada tem destacado que não há como se pensar em avanços educacionais significativos sem um sistema robusto de formação inicial, continuada e valorização profissional (TARDIF, 2014; LÜCK, 2007). O presente estudo, de caráter qualitativo, baseia-se em revisão bibliográfica e documental, abrangendo legislações, diretrizes do Ministério da Educação (MEC), relatórios internacionais, especialmente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2019), e análises de autores nacionais e internacionais que discutem os desafios e caminhos para consolidar políticas eficazes de formação docente.

O objetivo central foi compreender os componentes e diretrizes das políticas de formação de professores, avaliar a efetividade das ações de desenvolvimento profissional e identificar boas práticas que possam orientar a realidade brasileira. Foram definidos como objetivos específicos: (i) investigar os elementos constitutivos das políticas públicas voltadas à formação inicial e continuada de professores no Brasil; (ii) avaliar o impacto das ações de formação docente na melhoria da qualidade da educação básica; (iii) analisar experiências internacionais bem-sucedidas; e (iv) discutir os desafios de implementação e possíveis recomendações para o fortalecimento das políticas nacionais.

A metodologia utilizada consistiu em revisão bibliográfica em livros, artigos e relatórios científicos, além da análise documental de programas oficiais de formação docente. O recorte privilegiou autores de referência no campo da formação docente, como Pimenta (2018), Saviani (2013), Freire (1996) e Tardif (2014), além de documentos oficiais como a **Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica** (BRASIL, 2020). A pesquisa também se apoiou em relatórios internacionais, como os produzidos pela OECD (2019), que analisam comparativamente práticas e políticas educacionais em diferentes países.



Os resultados da investigação indicam que, embora o Brasil tenha avançado no âmbito normativo, com diretrizes que reconhecem a importância da formação docente, ainda existe um descompasso entre a formulação e a implementação prática dessas políticas. Estudos mostram que programas de formação continuada são ofertados, mas de forma fragmentada e muitas vezes desarticulada das necessidades reais das escolas (PIMENTEL, 2017). Além disso, dados do Censo Escolar e do INEP evidenciam que muitos docentes ainda ingressam na carreira sem uma preparação pedagógica adequada, o que compromete a qualidade do ensino.

As principais barreiras identificadas incluem: (a) insuficiência de recursos financeiros para garantir programas contínuos de capacitação; (b) infraestrutura limitada para a realização de formações presenciais e a distância; (c) precarização do trabalho docente, marcada por baixos salários e múltiplos vínculos empregatícios; e (d) ausência de uma cultura de valorização da profissão (PIMENTA, 2018; GARELLO, 2018). Esses fatores afetam diretamente a atratividade da carreira docente e a permanência de profissionais qualificados no sistema educacional.

Em contraste, evidências internacionais demonstram que sistemas educacionais de alto desempenho, como os da Finlândia, Cingapura e Canadá, baseiam-se em políticas consistentes de valorização da profissão docente. Esses países adotam critérios rigorosos de ingresso na carreira, promovem estágios supervisionados de longa duração, investem em programas de mentoria para professores iniciantes, asseguram formação continuada obrigatória e estruturada e implementam mecanismos de avaliação que orientam a prática profissional (INSTITUTE OF EDUCATION, 2020; OECD, 2019). Como resultado, alcançam melhores índices de aprendizagem e maior satisfação dos professores, o que evidencia a relevância de tais investimentos.

A discussão aponta para a necessidade de que as políticas de formação no Brasil deixem de ser fragmentadas e passem a constituir um sistema articulado, que envolva formação inicial, continuada, valorização salarial, condições adequadas de trabalho e incentivos à inovação pedagógica. Autores como Saviani (2013) e Freire (1996) reforçam que a formação de professores deve estar vinculada a uma concepção crítica e emancipadora da educação, em que o docente seja visto não apenas como transmissor de conteúdos, mas como sujeito formador e transformador da realidade social. Nesse sentido, a articulação entre universidades e escolas de educação básica torna-se um caminho estratégico para aproximar a formação teórica das demandas práticas do cotidiano escolar.

Conclui-se que a efetividade das políticas de formação de professores no Brasil depende de alguns fatores centrais: (i) compromisso político de longo prazo, que garanta financiamento estável e políticas sustentáveis; (ii) fortalecimento da articulação institucional entre universidades, redes de ensino e escolas; (iii) implementação de programas de formação inicial e continuada pautados em evidências científicas e nas necessidades reais do magistério; e (iv) promoção de uma cultura de valorização docente, que reconheça o papel estratégico do professor na transformação social. Recomenda-se que políticas públicas sejam implementadas de forma integrada, com foco em resultados de aprendizagem, mas também em condições dignas de trabalho e na autonomia profissional do educador.





Dessa forma, a formação de professores no Brasil deve ser concebida como um processo contínuo e contextualizado, capaz de articular teoria e prática, promover inovação pedagógica e garantir qualidade educacional. Somente por meio desse esforço conjunto será possível elevar o patamar da educação básica, assegurando a todos os estudantes oportunidades reais de aprendizagem significativa e emancipadora.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARELLO, M. A política de formação continuada de professores no Brasil: avanços e desafios. *Educação & Sociedade*, v. 39, n. 140, p. 611-628, 2018.

INSTITUTE OF EDUCATION. **The Teaching Profession in International Perspective**. Londres: University of London, 2020.

LÜCK, H. Formação de professores na sociedade contemporânea: desafios e perspectivas. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 101, p. 241-256, 2007.

OECD. **Teachers' Professional Development: Estimating Policy Effects**. Paris: OECD Publishing, 2019.

PIMENTA, S. G. A formação docente na educação básica: questões e desafios. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, n. 77, p. 123-140, 2018.

PIMENTEL, R. Formação de professores: desafios e possibilidades no século XXI. *Revista Educação & Realidade*, v. 43, n. 1, p. 57-72, 2017.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

